

# **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**

Balanço social 2011

# Índice Geral

<b>I. Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>II. Recursos Humanos do TRL.....</b>	<b>4</b>
1.    TRABALHADORES SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCLUAÇÃO.....	4
2.    TRABALHADORES SEGUNDO O CARGO/CARREIRA.....	5
3.    TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO.....	6
4.    TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO.....	7
5.    TRABALHADORES POR ANTIGUIDADE.....	8
6.    TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	9
7.    TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	10
8.    TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS.....	10
9.    MOTIVO DAS SAIDAS.....	10
10.   POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS.....	11
11.   MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO.....	11
12.   TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	12
13.   AUSÊNCIAS.....	12
14.   TRABALHADORES EM GREVE.....	13
<b>III. Encargos com Pessoal.....</b>	<b>14</b>
1.    ESTRUTURA REMUNERATÓRIA POR GÉNERO.....	14
2.    TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL.....	15
<b>IV. Segurança e Saúde.....</b>	<b>15</b>
1.    ACIDENTES.....	15
<b>V. Relações Profissionais e de Disciplina.....</b>	<b>15</b>
1.    RELAÇÕES PROFISSIONAIS.....	16
2.    DISCIPLINA.....	16

## 1 - Introdução

O Balanço Social é um instrumento de informação essencial à gestão das organizações, na medida em que permite avaliar o seu desempenho social e o desenvolvimento do seu capital humano.

O presente Balanço relativo ao ano de 2011, foi elaborado nos termos do disposto no DL n.º 190/96, de 9 de Outubro, diploma que regulamenta a elaboração do Balanço Social na Administração Pública.

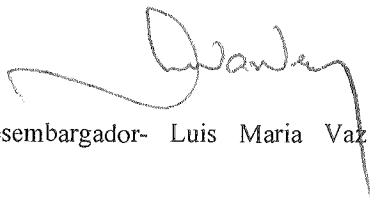
Este documento visa sintetizar de uma forma clara a evolução verificada no Tribunal da Relação de Lisboa, ao longo deste ano, evidenciando um conjunto de indicadores nas áreas dos recursos humanos e financeiros.

Esta informação permite caracterizar socialmente este serviço, avaliar o seu capital humano, aferir os pontos fortes e os mais frágeis da gestão de recursos humanos, corrigir as estratégias delineadas e perspectivar a sua evolução.

A análise e avaliação dos dados facultados por este instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adoptar relativamente à gestão dos recursos humanos do TRL, por forma a contribuir para a consolidação do seu capital humano, o aumento da sua tecnicidade, o desenvolvimento das competências dos seus efectivos, o aumento da sua motivação, a diminuição do absentismo e a melhoria do clima organizacional, factores essenciais para o aumento da eficiência e da eficácia deste Serviço.

Tribunal da Relação de Lisboa, 28 de Fevereiro de 2012

O Presidente do Tribunal da Relação



Juiz Desembargador- Luis Maria Vaz das Neves

## II - Recursos Humanos do TRL

### 1. TRABALHADORES SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

O TRL contava em 31 de Dezembro de 2011 com um total de 247 trabalhadores, sendo que 30 desses trabalhadores estão em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado.

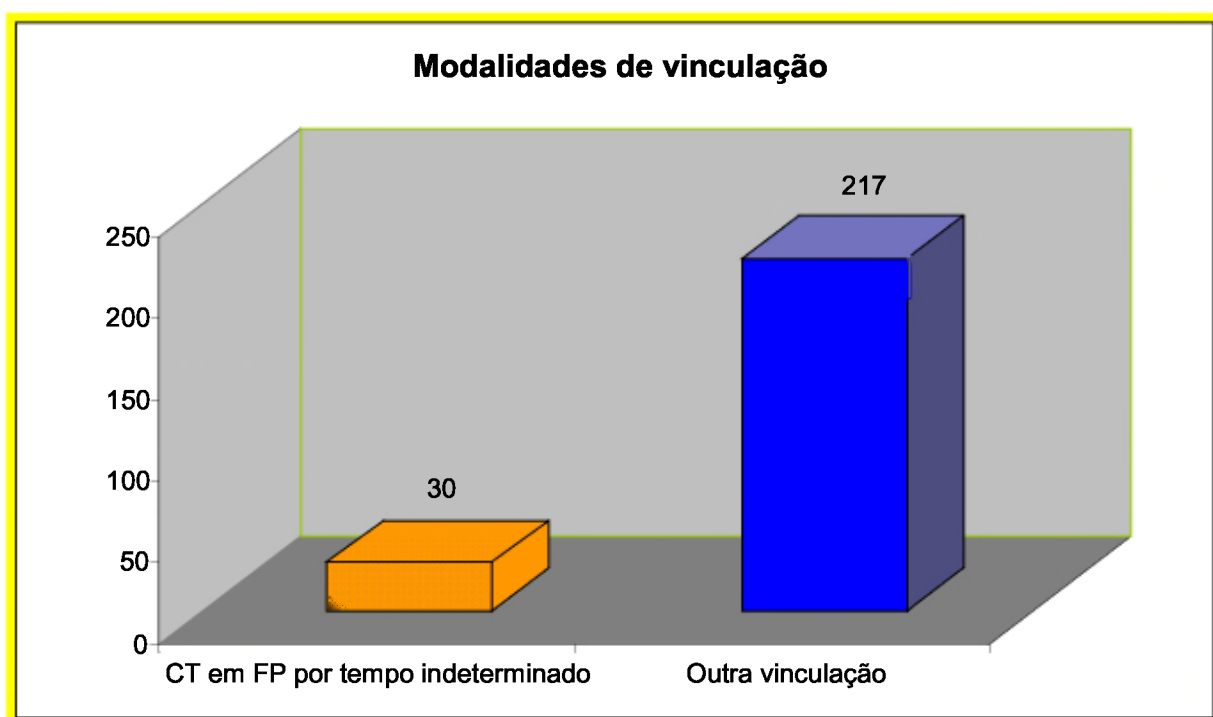


Gráfico nº 1

Em comparação com o ano anterior em que se registaram 258 efectivos, houve um decréscimo de 11 trabalhadores o que representa um taxa de diminuição de 4,26 %.

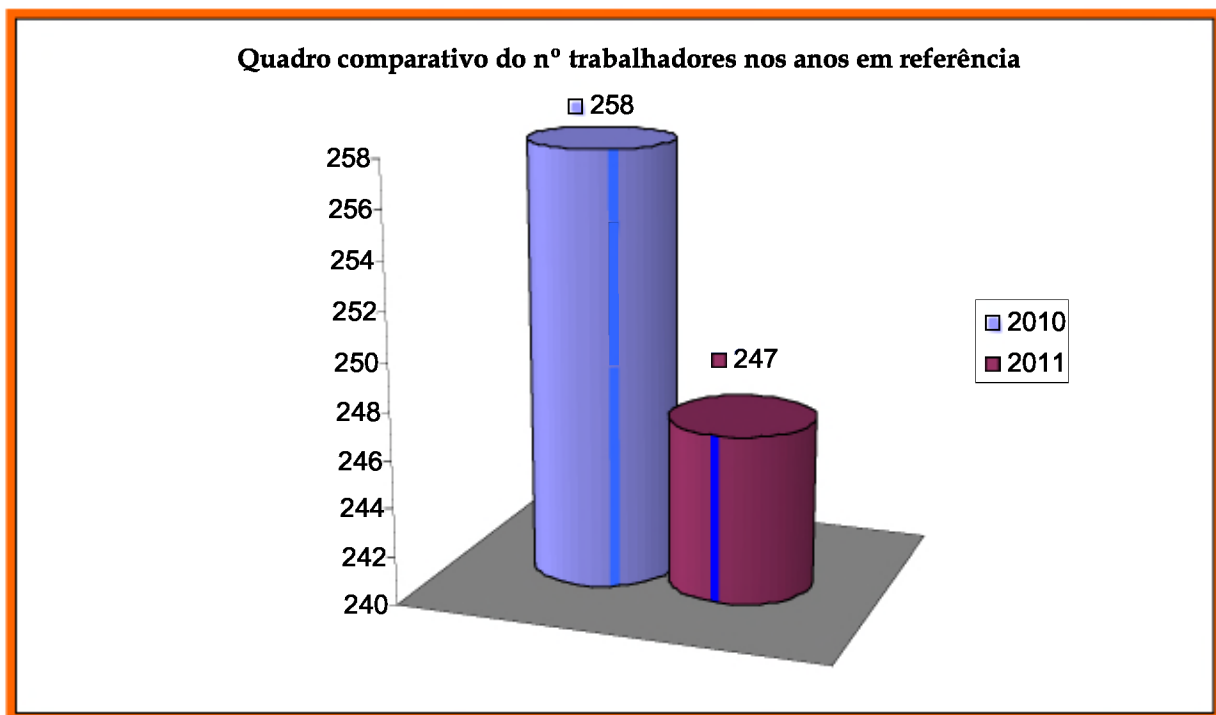
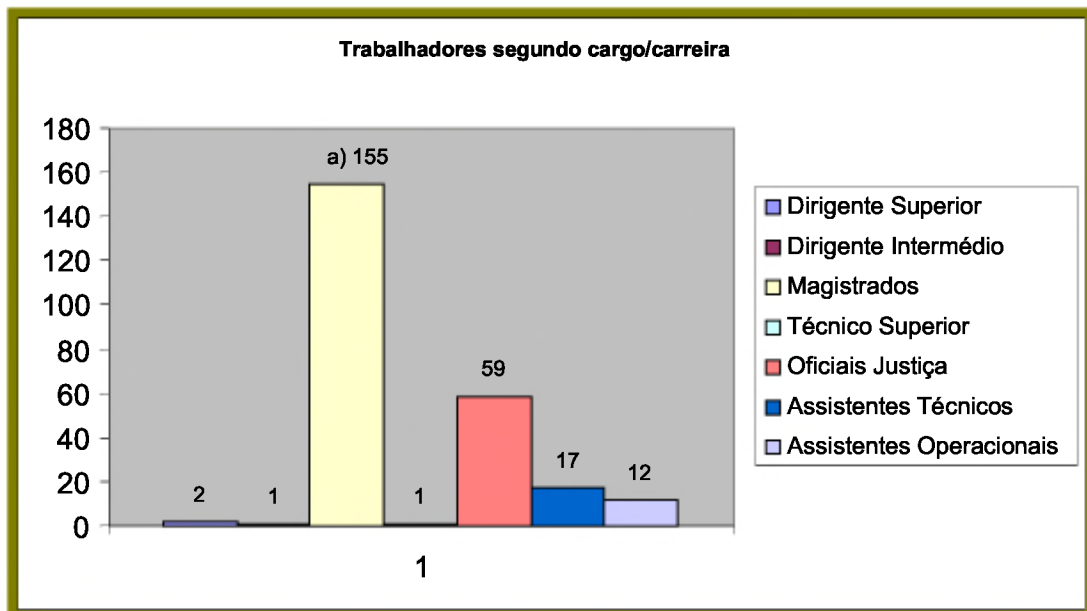


Gráfico nº 2

## **2. TRABALHADORES SEGUNDO O CARGO/CARREIRA**

Em relação aos cargos/carreiras, a que registou o maior número de trabalhadores em 2011 foi a de Magistrados, com 155 elementos, o que representa uma taxa de 62,75% do total dos efectivos. Segue-se a carreira de oficiais de justiça com 59 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de 23,89%. A terceira carreira mais representada é de assistente técnico com 17 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de 6,88 %. Segue-se a carreira de assistentes operacionais com 12 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de 4,86%. Os dirigentes superiores, dirigente intermédio e técnico superior, corresponde uma taxa de 1,61%.

Pelo atrás descrito, verifica-se que a representatividade das carreiras no cômputo dos trabalhadores deste Tribunal da Relação de Lisboa pouco difere da verificada no ano anterior.



*a) Dos 155 Magistrados, dois são Juizes Militares*

Gráfico n.º 3

### 3. TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO

Do total dos trabalhadores do TRL, 134 são do sexo feminino e 113 do sexo masculino. A estes valores corresponde uma taxa de feminização de 54 % e 46% de masculinização.



Gráfico n.º 4

Existe uma diferença acentuada de género, predominando o elemento feminino. Tal é observável no gráfico nº 5, verificando-se que nos cargos e nas carreiras existe aquela predominância. Contudo, tal não se observa na carreira de magistrados onde existem mais elementos do sexo masculino.

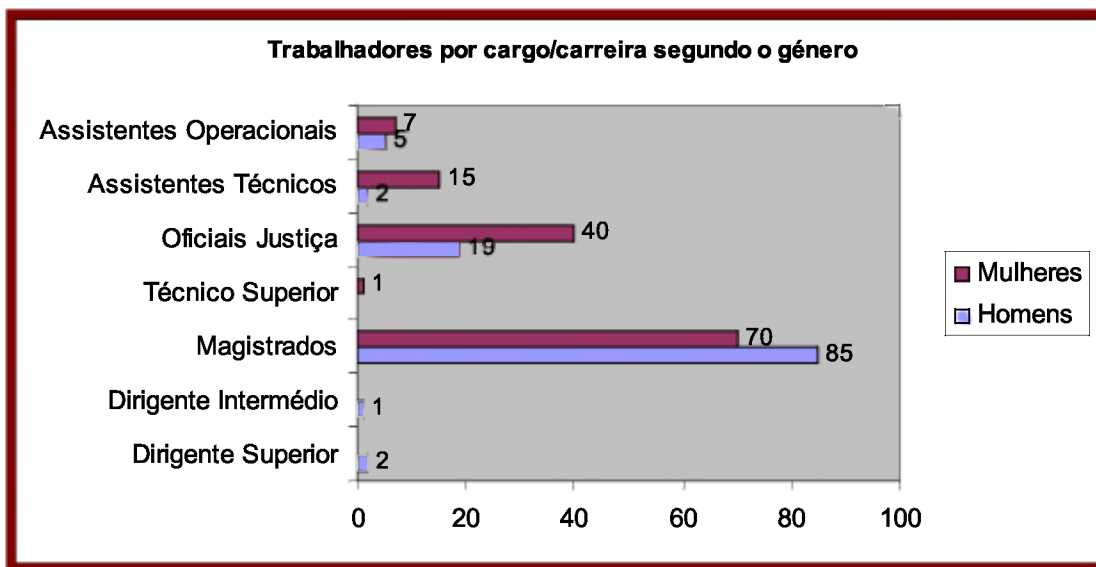


Gráfico nº 5

#### **4. TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO**

À Semelhança do que se tem vindo a verificar em anos anteriores, o escalão etário cujo intervalo é o compreendido entre os 55 e os 59 anos, regista o maior número de trabalhadores. Neste escalão estão 95 trabalhadores, o que corresponde a 38% dos efectivos do TRL.

Analisando o escalão etário com base na divisão por sexo, verifica-se que o maior número de mulheres se situa na faixa etária entre os 50 e os 54 anos e que os homens se situam na faixa etária entre os 55 e os 59 anos.

No que se refere aos efectivos jovens, este TRL não regista qualquer trabalhador no escalão etário entre os 20 e os 24 anos. Os efectivos mais jovens estão no escalão etário entre os 35 e os 39 anos.

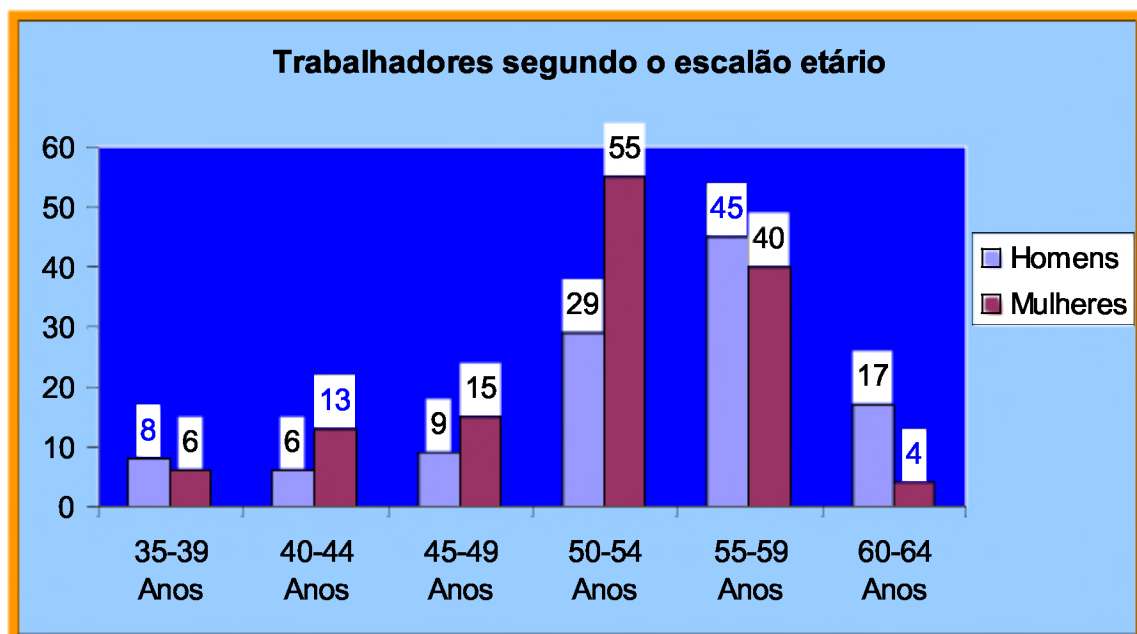


Gráfico nº 6

O leque etário que se traduz na diferença de idades entre o indivíduo mais novo e o mais velho é de 25 anos. As idades do “mais novo” e do “mais velho” correspondem a 35 anos e 64 anos, respectivamente. A taxa de envelhecimento, sobre o total de trabalhadores do serviço, que tem como referência o somatório dos trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos, situa-se nos 42,91%.

Fazendo uma análise global à estrutura etária verifica-se que 76,92% dos trabalhadores em exercício de funções no TRL têm mais de 50 anos, isto é, têm idades compreendidas entre os 50 anos e os 64 anos.

## 5. TRABALHADORES POR ANTIGUIDADE

Neste Tribunal da Relação de Lisboa o nível médio de antiguidade, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efectivos, é de 26,36 anos.

O nível de antiguidade situado no intervalo de 25 e os 29 anos é o que congrega um maior número de trabalhadores (78), a que corresponde uma taxa de 36 %. Fazendo uma análise por género, verifica-se que é também neste intervalo que se situa a antiguidade do maior número de mulheres e homens.



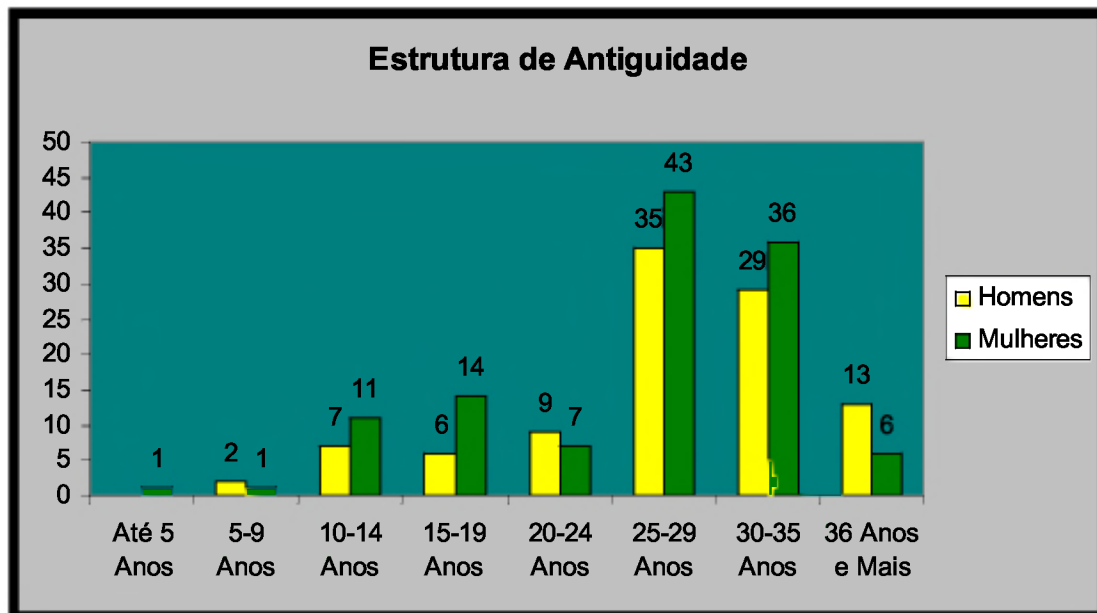


Gráfico n.º 7

## 6. TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A licenciatura é o grau académico mais representado nesta Tribunal da Relação de Lisboa. Com efeito, são licenciados 67,21 % dos efectivos.

A percentagem de efectivos com habilitação de mestrado, licenciatura e bacharelato - é de 70,44 %.

A habilitação a seguir mais representada, tal como verificado nos anos anteriores, é o 12.º ano de escolaridade, que é detida por 15,79 % do total dos trabalhadores.

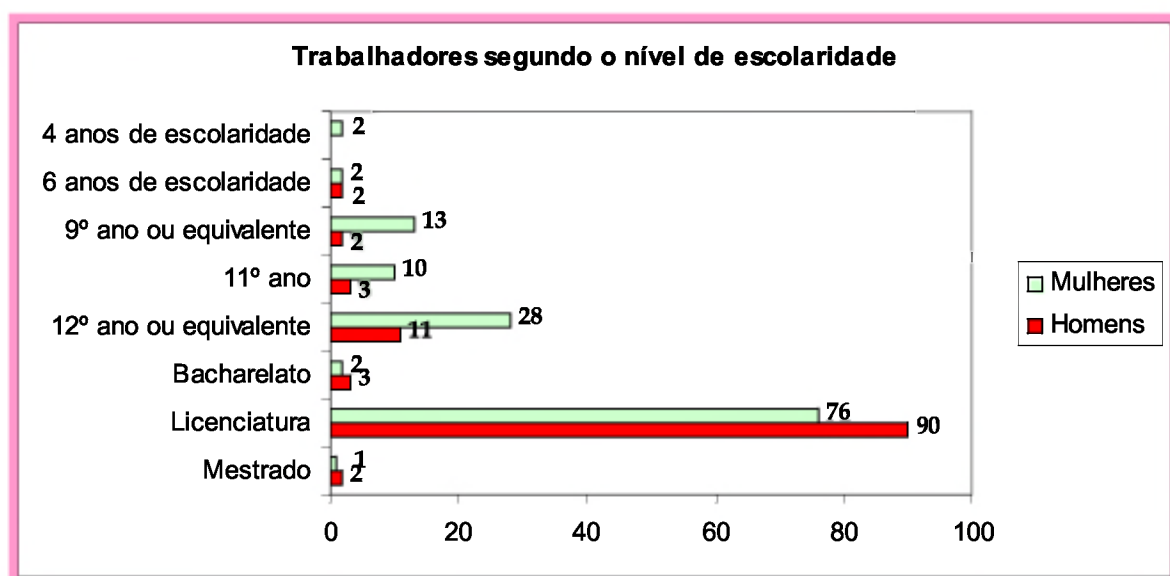


Gráfico n.º 8

## 7. TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No ano de 2011 foram 6 os trabalhadores portadores de deficiência, 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O grau de deficiência é variável e os trabalhadores beneficiam, de acordo com o respectivo grau, de redução no IRS. Estes trabalhadores representam 2,49 % do total dos efectivos.

## 8. TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS

No ano de 2011 foi a seguinte a movimentação dos trabalhadores no TRL:

Por nomeação foram colocados neste TRL, 20 Desembargadores/as e 7 Procuradores/as Gerais Adjuntos/as;

Em comissão de serviço foram colocados neste TRL dos Juizes Militares;

Através de mobilidade interna, 2 oficiais de justiça vieram desempenhar funções para este Tribunal da Relação e 1 trabalhador do regime geral;

Foi colocado neste TRL um oficial de justiça em comissão de serviço.

Por ter cessado a comissão de serviço em que se encontravam, regressaram ao TRL 5 Desembargadores; Regressaram ainda ao TRL por ter sido dada por finda a comissão de serviço em que se encontrava um trabalhador do regime geral.

TRABALHADORES NOMEADOS E REGRESSADOS				
	Movimento Judicial	Cessação da comissão serviço	Comissão Serviço	Mobilidade
Desembargadores	20	5		
Juizes Militares			2	
Procuradores	7			
Oficiais de Justiça			1	2
Regime Geral		2		1

## 9. SAÍDAS DOS TRABALHADORES E MOTIVO DAS SAÍDAS

Registaram-se saídas, quer nos trabalhadores com outro vínculo quer nos trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas.

Durante o ano de 2011, saíram do TRL 49 trabalhadores:

Por transferência cessaram funções neste TRL, 3 Desembargadores/as e 2 Procuradores/as;

Por promoção saíram do TRL 13 Desembargadores/as e 5 Procuradores/as;

No TRL jubiliaram-se 6 Desembargadores/as, 1 Procurador/a e aposentaram-se 5 oficiais de justiça e um trabalhador do regime geral.

Cessaram funções por se encontrarem em comissão de serviço dois Juizes Militares; Sairam do TRL em

comissão de serviço 4 Desembargadores/as e 1 Procurador/a.

Por último também deixaram de pertencer ao quadro do TRL por falecimento 1 Procurador e por exoneração 1 trabalhador do regime geral.

A carreira onde se registaram maior número de saídas foi a de Desembargadores, com 26 saídas, seguida da carreira de Procurador, com 10 saídas.

MOTIVO DAS SAIDAS DOS TRABALHADORES								
	Transf.	Promoção	Jubilção	Fim Com Serviço	Aposentação	Com. Serviço	Falecimento	Exoneração
Desemb.	3	13	6			4		
J. Militares				2				
Procurad.	2	5	1			1	1	
Of. Juitça					5			
Reg. Geral					5			1

Dos 49 trabalhadores que saíram definitivamente, 18 fizeram-no por transferência, o que representa uma taxa de 36,73% do total das saídas definitivas, conforme expresso no gráfico nº 9.

Do total de saídas, 7 fizeram-no por jubilação e 10 trabalhadores por aposentação, o que representa uma taxa de 34,70% do total das saídas definitivas.

No ano anterior, a percentagem de aposentações em relação ao total de saídas definitivas foi de 59%.

Também de assinalar que no ano de 2011 se registou uma morte de entre os trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do TRL.

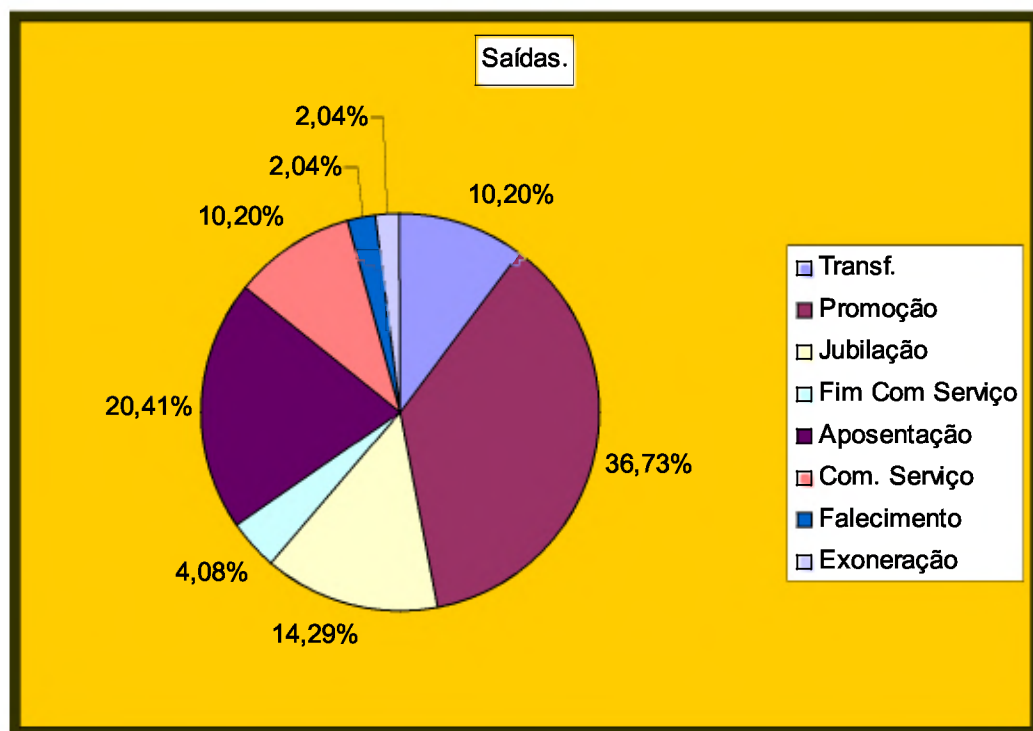


Gráfico nº 9

## 10. POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS

No ano em análise, não foram abertos procedimentos concursais para os postos de trabalho cuja relação jurídica de emprego é o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Encontram-se por preencher lugares na carreira de oficiais de justiça, assistentes técnicos e assistentes operacionais a saber:

- 1 lugar de Secretário de Justiça
- 15 lugares de Escrivão Auxiliar;
- 2 lugares de Técnico de Justiça Auxiliar
- 3 lugares de Assistentes Técnicos
- 1 lugar de Coordenador Técnico
- 8 lugares de de Assistente Operacional.

## 11. MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho praticado no TRL é o horário rígido: das 09h às 12,30h e das 13:30h às 17h. Praticam este tipo de horário 33,60% dos trabalhadores.

Com o regime de tempo parcial por motivo de assistência a menores, a familiares doentes ou por doença própria, estão 2,83 % dos trabalhadores.

Com isenção de horário estão os dirigentes superiores e os magistrados num total de 63,56%.

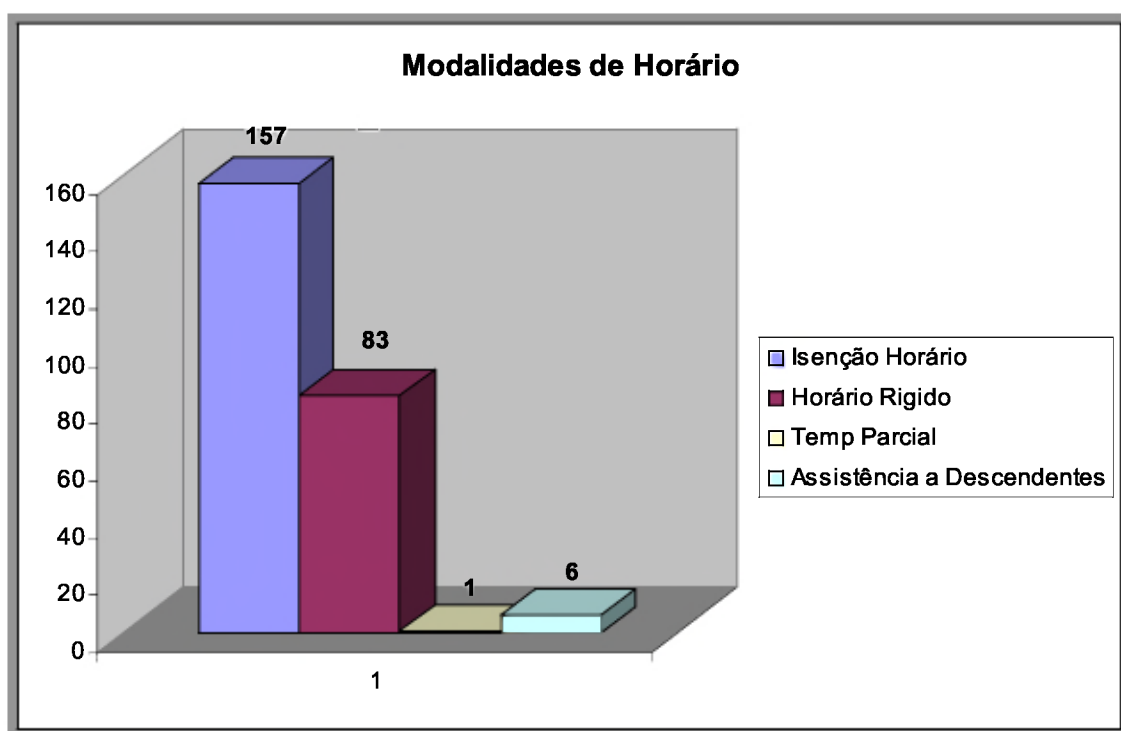


Gráfico n.º 10

## 12 TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

NO TRL o trabalho extraordinário foi desenvolvido por trabalhadores com as categorias de assistente operacional. A prestação deste trabalho ocorreu no exercício das funções de motorista da Presidência e da Srª Procuradora Geral Distrital.

Ao longo do ano de 2011 foi prestado um total de 1482 horas de trabalho extraordinário.

Este trabalho extraordinário foi diurno e noturno. Em dia de descanso semanal obrigatório foi de 18 horas e em dia feriado foi de 18 horas.

A compensação por este trabalho foi efectuada através de contrapartida remuneratória de € 2344,02 para as referidas horas diurnas prestadas em dias normais de trabalho. Para o trabalho em dia de descanso semanal obrigatório, complementar e feriado a contrapartida remuneratória foi de € 266,54.

## 13. AUSÊNCIAS

O número total de ausência ao trabalho, contabilizado no ano de 2011, foi de 3065 dias.

Deste total, o número mais significativo relaciona-se com a situação de doença que atingiu os 1642 dias.

Este valor corresponde a 55 % do total dos dias de ausência.

A ausência por conta do período de férias aconteceu num total de 68 dias.

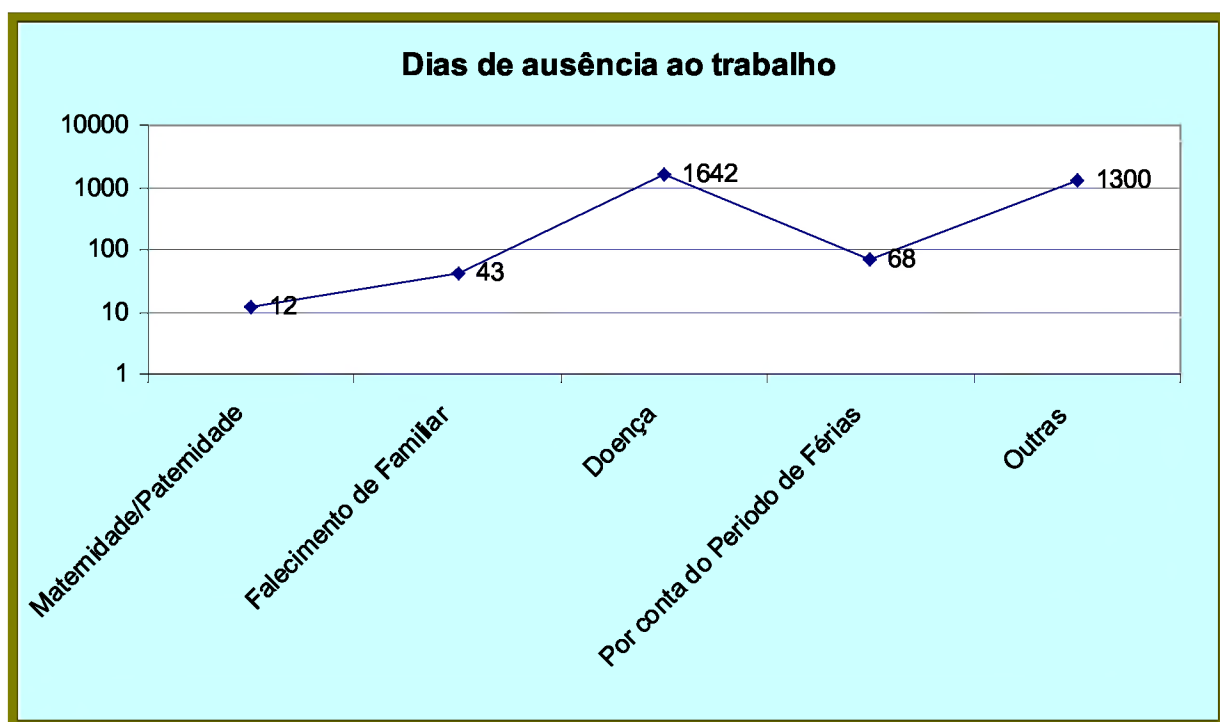


Gráfico n.º 11

Os oficiais de justiça são os que contabilizam um maior número de ausências.

Fazendo análise do número de faltas por género, verifica-se que proporcionalmente as mulheres têm mais faltas que os homens.

A taxa de absentismo situa-se em 3,41 %, pelo que no universo do número de trabalhadores é bastante reduzida.

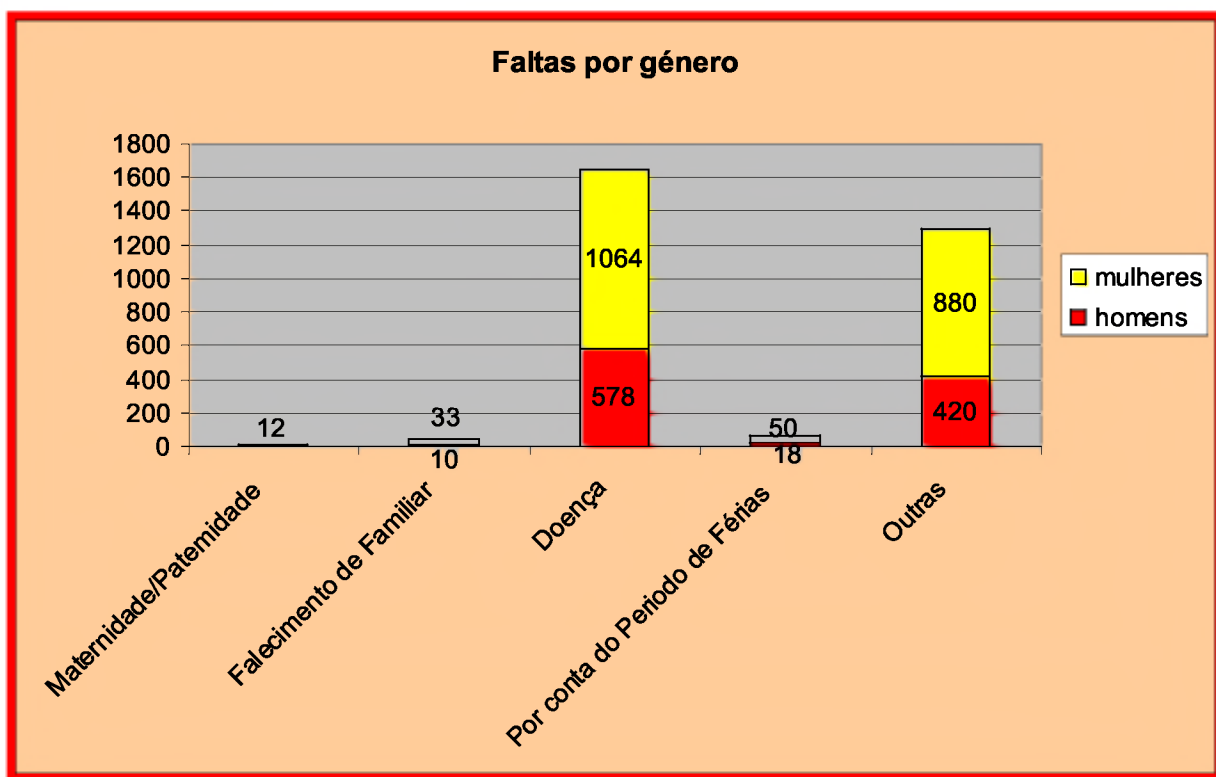


Gráfico n.º 12

#### **14. TRABALHADORES EM GREVE**

No dia 24 de Novembro registaram-se 33 ausências ao serviço por motivo de greve.

Os trabalhadores ausentes por greve pertencem às carreiras de assistente técnico, assistente operacional e oficiais de justiça.

### **III - Encargos com Pessoal**

#### **1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA POR GÉNERO**

Tendo como período de referência o mês de Dezembro e considerando as remunerações mensais base líquidas mais os suplementos regulares, verifica-se que 63,56 % dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre "4000-5400 €".

Este escalão abrange 157 trabalhadores (Magistrados), 70 dos quais são do sexo feminino e 87 do sexo masculino.

A remuneração mínima auferida no TRL é de € 485,00 atribuída a um trabalhador do sexo masculino. Esta remuneração é recebida por trabalhador da carreira de assistente

operacional.

A remuneração máxima é de € 5356,29 (Desembargador/a ou Procurador/a Geral Adjunto (a), sendo também a remuneração mais alta auferida no serviço por ambos os sexos.

As remunerações máximas tanto do sexo feminino como do masculino são as auferidas pelos *Magistrados Judiciais e do Ministério Público*.

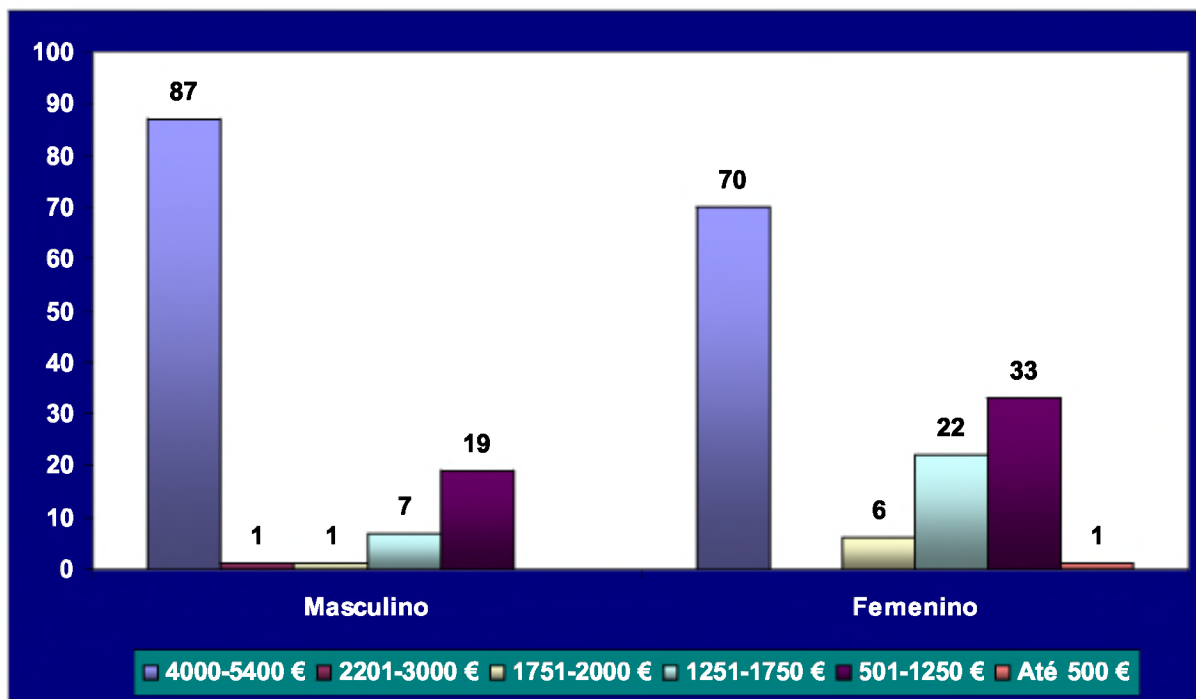


Gráfico n.º 13

## 2. TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL

Encargos com pessoal	Valor
Remuneração base	12.859.027,70 €
Suplemento Trabalho Extraordinário	12.871,58 €
Supl Trab Dias Descanso Semanal Compl e Feriados	266,54 €
Supl. Trabalho Condições Risco	5.145,94 €
Ajudas de Custo	21,34 €
Despesas de Representação	12.851,96 €
a) Outros	457.202,28 €
<b>Total</b>	<b>13.347.387,34 €</b>

a) Colaboração Técnica e Especializada, Suplemento por exercício de funções Militares, Suplemento de recuperação processual, Suplemento de lavagem de viaturas e Gratificações

<b>Encargos com prestações sociais</b>	<b>Valor</b>
Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	3.310,01 €
Abono Complementar a Crianças e Jovens Deficientes	237,92 €
Subsidio de Funeral	213,86 €
Subsidio de Refeição	220.465,72 €
<b>Total</b>	<b>224.247,51 €</b>

## **IV – Segurança e Saúde**

### **1. Acidentes**

No ano de 2011 não foram registados acidentes em serviço, pelo que não há a registar dias de trabalho perdidos por esse motivo.

Também não transitaram, para o ano em análise, situações de acidentes ocorridos em anos anteriores.

## **V – Relações Profissionais e de Disciplina**

### **1. Relações Profissionais**

São 133 os trabalhadores sindicalizados que descontam para as associações sindicais, através de débito no vencimento.

Não existe comissão de trabalhadores.

### **2. Disciplina**

Não foi instaurado nem está a decorrer qualquer processo disciplinar.